

Klelia Canabrava Aleixo
& Flávia Ávila Penido

***INTRODUÇÃO À
PRÁTICA NA
EXECUÇÃO
PENAL***

2ª EDIÇÃO



***INTRODUÇÃO À
PRÁTICA NA
EXECUÇÃO
PENAL***



Klelia Canabrava Aleixo
& Flávia Ávila Penido

**INTRODUÇÃO À
PRÁTICA NA
EXECUÇÃO
PENAL**

2ª EDIÇÃO



Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Nathalia Torres

Diagramação

Nori Firmo de Assis

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.

Copyright © 2020, Klelia Canabrava Aleixo

Copyright © 2020, Flávia Ávila Penido.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional. – São Paulo, SP – CEP 01311-940

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO



Centro de
Pesquisa e Extensão
em Execução Penal

Catálogo na Publicação (CIP)

A366 Aleixo, Klelia Canabrava
Introdução à prática na execução penal / Klelia Canabrava Aleixo,
Flávia Ávila Penido. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2024.
360 p.

ISBN: 978-65-5589-884-2

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Penido, Flávia Ávila. II. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Para as pessoas presas que, na contemporaneidade,
vivenciam ainda o sofrimento da cruz.

Sumário

<i>Lista de imagens</i>	15
<i>Lista de quadros</i>	19
<i>Lista de esquemas</i>	21
<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	23
<i>Apresentação</i>	27
1. Nota sobre a alteração da LEP pela Lei n° 13.964/2019	31
2. A formação do processo de execução penal: a guia de recolhimento	35
2.1. Do recolhimento à prisão para expedição da guia de recolhimento.....	39
2.2. Da execução provisória	41
2.3. Identificação da expedição da guia de recolhimento.....	44
2.4. Da petição por expediente avulso	46
3. Soma ou unificação das penas	49
3.1. Quando promover o somatório da pena provisória?.....	51
3.2. A soma das penas no SEEU	53

4. Leitura do atestado de pena	57
5. Execução penal: análise preliminar e saneamento	69
5.1. Atuação ética em execução penal.....	70
5.2. Organização e planejamento das ações em execução penal.....	70
5.3. Aplicação de <i>novatio legis in melius</i> em sede de execução penal.....	71
5.4. Reconhecimento da continuidade delitiva em sede de execução penal.....	75
5.5. Da análise e saneamento do atestado de pena.....	76
5.6. Da prescrição da pretensão executória.....	83
6. O cálculo da prescrição da pretensão executória	85
6.1. Questões controvertidas acerca da prescrição da pretensão executória.....	92
6.1.1. Condenado posto em liberdade por decisão judicial com posterior reforma da decisão.....	92
6.1.2. Suspensão do prazo prescricional por prisão por outro crime: absolvição e cômputo do tempo.....	93
6.1.3. Detração e o cálculo do prazo prescricional.....	93
7. Da detração	97
7.1. Cômputo da detração pelo cumprimento de medida cautelar diversa da prisão.....	98
7.2. Detração em penas restritivas de direitos.....	101
7.3. Detração por tempo de prisão em processo distinto ao que está em execução: vedação ao “crédito de pena”.....	102
7.4. Incidência da detração: pena total ou limite de 30 ou 40 anos?.....	105
8. Da progressão de regime	107
8.1. Base de cálculo e o tempo máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	108
8.2. Requisito objetivo para progressão de regime antes da alteração pela Lei nº 13.964/2019.....	110
8.2.1. Do cumprimento de 1/8 da pena.....	112

8.2.2.	Da fração de 1/6.....	114
8.2.3.	Das frações de 2/5 e 3/5.....	114
8.3.	O que muda com a Lei nº 13.964/2019?.....	118
8.4.	A progressão de condenados por tráfico privilegiado.....	129
8.5.	Condenação anterior pelo art. 28 da Lei 11.343/06 e a reincidência.....	130
8.6.	Síntese do requisito objetivo para progressão de regime.....	132
8.7.	Progressão para o regime aberto: requisitos adicionais.....	133
8.7.1.	Inadmissibilidade da inclusão de monitoração eletrônica em regime aberto.....	136
8.7.2.	Cálculo da progressão para o regime aberto.....	138
8.7.3.	Cumprimento do regime aberto em prisão domiciliar.....	139
8.8.	Requisito subjetivo.....	141
8.8.1.	Da exigência de exame criminológico.....	144
8.9.	Dos estabelecimentos penais: a ausência de estabelecimento adequado.....	150
8.9.1.	Da ausência de vagas no regime adequado.....	151
8.10.	Cálculo da progressão de regime no SEEU.....	154
8.11.	Regressão de regime.....	160

9.	<i>Da data-base para concessão da progressão de regime</i>	163
9.1.	Data-base para a segunda progressão de regime.....	164
9.2.	Da progressão <i>per saltum</i>	170
9.3.	A repercussão da falta grave no cálculo da progressão de regime.....	172
9.3.1.	Falta grave consistente na fuga.....	175
9.3.2.	Falta grave que resulta em regressão de regime.....	175
9.4.	Da soma ou unificação das penas.....	176
9.4.1.	Unificação das penas e regressão de regime.....	181
9.4.2.	Nova divergência sobre a data-base?.....	186
9.5.	O registro da data-base no SEEU.....	191

10. Especificidades do cumprimento da pena em regime semiaberto	195
10.1. Da saída temporária	195
10.1.1. Finalidades.....	196
10.1.2. Requisitos.....	198
10.1.3. Condições.....	200
10.1.4. Do pedido.....	203
10.1.5. Revogação.....	204
10.1.6. O que muda com a Lei nº 13.964/2019?.....	207
10.2. Da permissão de saída	208
10.3. Do trabalho externo.....	210
11. Do livramento condicional	213
11.1. Requisitos objetivos.....	214
11.1.1. Quantidade de pena	214
11.1.2. Requisito temporal	214
11.1.2.1. A exigência de bons antecedentes prevista no inciso I	215
11.1.2.2. Condenação por crime hediondo e comum	218
11.1.2.3. Incidência da fração de 2/3 e a irretroatividade da lei penal mais severa.....	218
11.1.2.4. Aplicação da fração de 2/3 a condenados pelo crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei nº 11.343/2006)	218
11.1.2.5. Aplicação da fração de 1/3 a condenados pelo crime de tráfico privilegiado (§4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006)	219
11.1.2.6. Vedação à concessão do livramento condicional ao reincidente específico em crimes hediondos ou equiparados	219
11.1.2.7. Cálculo discriminado entre os crimes em caso de reincidência	221
11.1.3. Reparação do dano causado pela infração.....	223
11.2. Requisitos subjetivos.....	225
11.2.1. Inciso III do art. 83 do CP.....	225

11.2.2. Presunção de não delinquência	226
11.3. O que muda com a Lei nº 13.964/2019?	227
11.4. Suspensão do livramento condicional.....	232
11.4.1. Fato praticado durante o livramento condicional sem decisão de suspensão até o fim do período de prova.....	234
11.5. Revogação do livramento condicional.....	235
11.5.1. Revogação obrigatória.....	235
11.5.2. Revogação facultativa.....	236
11.6. Extinção da punibilidade.....	237
11.7. O cálculo do livramento condicional no SEEU.....	237
12. Da reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	241
12.1. Do descumprimento injustificado da restrição imposta.....	241
12.1.1. Cômputo do tempo de pena cumprido.....	242
12.2. Hipóteses de conversão na LEP.....	243
12.3. Cumulação de pena privativa de liberdade com pena restritiva de direito.....	246
12.3.1.1. Tese defensiva: a impossibilidade de reconversão.....	246
12.3.1.2. Tese defensiva: admissão da reconversão somente quando a pena restritiva de direito for anterior a condenação à pena privativa de liberdade	247
12.4. Resumo das teses defensivas e apresentação da tese fixada pelo STJ no julgamento do tema repetitivo 1106.....	249
12.5. Manifestação da defesa.....	252
13. Da remição das penas.....	253
13.1. Remição pelo trabalho.....	254
13.1.1. Do cômputo da jornada em horas.....	255
13.1.2. Da hora extra ou banco de horas.....	257
13.2. Remição pelo estudo.....	258
13.2.1. Acréscimo pela conclusão do curso.....	261
13.2.1.1. Conclusão do ensino fundamental ou médio pela aprovação no ENEM ou ENCCEJA	261
13.2.1.2. Aprovação parcial no ENEM.....	266

13.2.1.3. Apenado que estudou intramuros.....	267
13.2.2. Tempo de estudo superior a 4 horas diárias.....	271
13.3. Cumulação da remição pelo trabalho e pelo estudo.....	272
13.4. Remição em caso de acidente.....	272
13.5. Remição ficta.....	272
13.5.1. Remição ficta em razão da Pandemia do Coronavírus.....	274
13.6. Remição por atividade não prevista em lei.....	275
13.6.1. Remição por estágio.....	276
13.6.2. Remição por participação em coral.....	276
13.6.3. Remição pela leitura.....	277
13.7. Do pedido de remição.....	278
13.8. Perda dos dias remidos.....	279
13.8.1. Perda dos dias “a remir”.....	281
13.9. A remição no SEEU.....	281
14. Da disciplina.....	285
14.1. Espécies de falta grave.....	286
14.2. Procedimento para apuração de falta grave.....	294
14.3. Consequências do reconhecimento da falta grave.....	299
14.3.1. Revogação do trabalho externo	299
14.3.2. Revogação das saídas temporárias.....	299
14.3.3. Mácula do requisito subjetivo	300
14.3.4. Regressão de regime	300
14.3.5. Interrupção da contagem do prazo para a progressão de regime (alteração da data-base)	301
14.3.6. Perda de até 1/3 do tempo remido	302
14.4. Do Regime Disciplinar Diferenciado	302
14.5. A falta grave no SEEU.....	306
15. Indulto e comutação de penas.....	309
15.1. Fixação de teses em matéria de indulto e comutação.....	310
15.2. Especificidades da comutação.....	313

15.3. Indulto e comutação em caso de condenação por crimes hediondos.....	317
15.4. Do pedido de indulto e comutação.....	319
15.5. Cautelas diante do indulto e outras causas extintivas da punibilidade.....	320
16. Do agravo em execução.....	325
17. Princípios norteadores da execução penal e as possibilidades de aplicação na construção de teses defensivas.....	327
17.1. Princípio da legalidade.....	327
17.2. Princípio da intranscendência ou pessoalidade da pena.....	329
17.3. Princípio da proporcionalidade.....	331
17.4. Princípio da presunção de inocência.....	332
Referências.....	333

Lista de imagens

Imagem 1	
Guia de recolhimento.....	46
Imagem 2	
Guia de execução.....	47
Imagem 3	
Condenação unificada.....	59
Imagem 4	
Atestado de pena - 1.....	60
Imagem 5	
Atestado de pena - 2.....	62
Imagem 6	
Condenações	62
Imagem 7	
Registro de prisão.....	63
Imagem 8	
Análise do histórico completo de prisão e soltura.....	64
Imagem 9	
Resumo da situação executória.....	65

Imagem 10	
Progressão de regime: semiaberto.....	66
Imagem 11	
Conferência da base de cálculo.....	67
Imagem 12	
Livramento condicional.....	69
Imagem 13	
Demonstração do cálculo.....	79
Imagem 14	
Cálculo dos requisitos temporais.....	81
Imagem 15	
Análise do cálculo.....	82
Imagem 16	
Controle das remições.....	83
Imagem 17	
Relatório da situação executória	83
Imagem 18	
Condenações.....	163
Imagem 19	
Cálculo dos requisitos temporais: progressão de regime.....	165
Imagem 20	
Progressão de regime: semiaberto.....	165
Imagem 21	
Resumo da situação executória.....	166
Imagem 22	
Atestado de pena: prisões.....	196

Imagem 23	
Cálculo dos requisitos temporais.....	200
Imagem 24	
Livramento condicional.....	201
Imagem 25	
Cálculo dos requisitos temporais.....	245
Imagem 26	
Saldo de dias remidos.....	246
Imagem 27	
Remição por trabalho ou estudo.....	286
Imagem 28	
Perda de dias remidos.....	287
Imagem 29	
Relatório da situação processual executória.....	288
Imagem 30	
Registro de falta grave.....	289
Imagem 31	
Relatório da situação processual.....	312
Imagem 32	
Prisões.....	313

Lista de quadros

Quadro 1	
Roteiro de orientação - checklist.....	67
Quadro 2	
Cálculo da progressão.....	78
Quadro 3	
Prazo prescricional.....	85
Quadro 4	
Lei n° 13.964/2019.....	105
Quadro 5	
Prazos de concessão.....	107
Quadro 6	
Requisitos objetivos da progressão após a Lei n° 13.964/2019.....	123
Quadro 7	
Crime comum, hediondo ou equiparado.....	133
Quadro 8	
Hipóteses: situação e data-base.....	162
Quadro 9	
Requisito temporal.....	207

Quadro 10	
Lei nº 13.964/2019	219
Quadro 11	
Progressão de regime (CP e LEP).....	221
Quadro 12	
Redução da pena.....	300
Quadro 13	
Demonstração dos cálculos.....	306

Lista de esquemas

Esquema 1	
Marco inicial e prisão do apenado.....	86
Esquema 2	
Posicionamento.....	99
Esquema 3	
Crime comum e hediondo.....	121
Esquema 4	
Cálculo.....	163
Esquema 5	
Progressão de Regime - 1.....	167
Esquema 6	
Progressão de Regime - 2.....	167
Esquema 7	
Progressão de regime do apenado.....	171
Esquema 8	
Soma ou unificação das penas.....	176
Esquema 9	
Soma ou unificação -1	177

Esquema 10	
Soma ou unificação - 2.....	177
Esquema 11	
Regressão de regime.....	181
Esquema 12	
Redação original versus Lei nº 13.964/2019.....	222

Lista de abreviaturas e siglas

ADC.....	Ação Declaratória de Constitucionalidade
ADI.....	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF.....	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AgRg/AREsp.....	Agravo Regimental no Agravo em Recurso
AgRg/REsp.....	Agravo Regimental no Recurso Especial
art.....	Artigo
CNJ.....	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP.....	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CP.....	Código Penal
CPC.....	Código de Processo Civil
CPP.....	Código de Processo Penal
CRFB/1988.....	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DPU.....	Defensoria Pública da União
EJA.....	Educação de Jovens e Adultos

Encceja.....	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM.....	Exame Nacional do Ensino Médio
EREsp.....	Embargos de Divergência no Recurso Especial
FAC.....	Folha de Antecedentes Criminais
HC.....	Habeas Corpus
LEP.....	Lei de Execução Penal
MEC.....	Ministério da Educação e Cultura
MEI.....	Microempreendedor Individual
MP.....	Ministério Público
OAB.....	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PAD.....	Procedimento Administrativo Disciplinar
PEP.....	Processo de Execução Penal
PPL.....	Pena Privativa de Liberdade
PRD.....	Pena Restritiva de Direito
RDD.....	Regime Disciplinar Diferenciado
RE.....	Recurso Extraordinário
RENP.....	Regulamento e Normas de Procedimentos
RHC.....	Recurso em Habeas Corpus
SEDS.....	Secretaria de Estado de Defesa Social
SEEU.....	Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SENAC.....	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI.....	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETARIN.....	Setor de Arquivo e Informações Policiais

SIP.....	Sistema de Informações Policiais
SISCON.....	Sistema de Controle de Processos
STF.....	Supremo Tribunal Federal
STJ.....	Superior Tribunal de Justiça
TJMG.....	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJRJ.....	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
VEC.....	Vara de Execução Criminal
VEP.....	Vara de Execução Penal

Apresentação

O propósito de escrever este livro originou-se nos debates compartilhados nos cursos de Pós-Graduação em Direito, acerca das razões pelas quais o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, a maior da América Latina, em franca expansão.

A questão é sobretudo política na medida em que, no esteio de Eugenio Raúl Zaffaroni “cada país tem o número de presos que decide politicamente ter”.¹

Em nosso país, a decisão pelo encarceramento em massa pode ser identificada tanto em governos rotulados de direita como de esquerda. Nenhum deles tem dispensado a prisão como resposta central à criminalidade.

Como decorrência da decisão política tem-se o problema da carência de atendimento jurídico no sistema prisional resultante também do insuficiente número de defensores públicos como da deficiência na formação de estudantes e profissionais acerca da execução penal.

Transcorridas mais de três décadas e meia da promulgação da Lei de Execução Penal, ainda são poucos os cursos de graduação em Direito dotados de disciplina específica para o ensino da matéria. Tal situação culmina na existência de poucos profissionais com preparo para atuação na área e no parco conhecimento disseminado sobre a execução penal.

Especialistas, mestres e doutores, reconhecem que os cursos de Pós-Graduação devem se preocupar com a expansão da violência no país que é retroalimentada no e pelo sistema prisional.

¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **‘Cada país tem o número de presos que decide politicamente ter’**. [Entrevista concedida] a Viviane Tavares. Rio de Janeiro: EPSJV, 15 jul. 2013.

Nesse contexto, o desencarceramento é um desafio decisivo a ser enfrentado por toda a sociedade brasileira antes que grande parcela da população seja encerrada nas prisões. A questão é de natureza política, mas, de autodefesa também!

Este livro busca então produzir conhecimento prático e específico na área da execução penal com vistas a viabilizar, em termos técnicos, movimentos desencarceradores.

Indubitavelmente, a adesão e promoção de tais movimentos não é meramente técnica e é sobretudo complexa, vez que, muitas subjetividades estão encarceradas.

A complexidade está também no fato de que a questão do encarceramento em massa está associada à letalidade policial de grupos vulneráveis. O desafio para a contenção desta tanatopolítica criminal² é, pois, maior do que parece ser.

No entanto, acredita-se que a educação pode desencadear um potencial de transformação do indivíduo e da sociedade que deve ser estimulado através da produção de conhecimento e do ensino do Direito.

O presente livro visa, pois, tangenciar uma parte do problema e suprir a lacuna da ausência de conhecimento produzido a partir do campo prático da execução penal. Trata-se de um passo importante na melhoria do ensino de graduação e também técnico/profissional, o que poderá contribuir para a formação de profissionais comprometidos com a redução dos danos causados pelo encarceramento, bem como com uma atuação defensiva responsável, ética e humanizada.

O primeiro capítulo será dedicado à discussão acerca da hermenêutica jurídica decorrente das alterações promovidas pela Lei nº 13.964/19 na Lei de Execução Penal. As especificidades práticas destas alterações serão desenvolvidas nos capítulos específicos de cada tema.

No segundo capítulo delinear-se-á a formação do processo de execução penal, que ocorre a partir da expedição da guia de recolhimento.

O terceiro capítulo discorrerá sobre a soma ou unificação das penas, notadamente indicando a sua importância para que se evite a frustração do exercício de direitos pela pessoa presa em razão da constatação de impedimentos por condenações que se encontram apartadas dos autos

² CARVALHO, Salo. **‘O Direito Penal na Pandemia: os processos de responsabilização e as políticas de investimento na morte’**. In: A crise sanitária vista pelo direito [recurso eletrônico]; Diógenes Vicente Hassan Ribeiro, Daniel Silva Achutti, organizadores. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2020.

da execução. Neste aspecto, buscar-se-á esclarecer quando é necessária a unificação de condenações que ainda não transitaram em julgado.

Considerando a importância de se saber fazer a leitura de um atestado de pena para o regular acompanhamento da execução penal, pelo fato dele representar um “extrato” da situação executória do apenado, no capítulo seguinte serão detalhados os campos deste documento com vistas a permitir que o profissional do Direito consiga dele extrair informações relevantes para a compreensão da situação jurídica do assistido.

O capítulo quinto trará orientações para o primeiro contato do profissional com o processo de execução penal. Nele há a indicação de um roteiro que conduzirá ao saneamento do processo, permitindo que naquela análise preliminar seja possível identificar eventuais aspectos a serem corrigidos bem como traçar a melhor estratégia para o acompanhamento da execução.

Uma das primeiras medidas recomendadas nesta espécie de saneamento da execução é a verificação da ocorrência da prescrição da pretensão executória. Dada a importância deste evento, sobretudo por ser tratar de causa extintiva da punibilidade, foi reservado o capítulo sexto para tratar especificamente deste tema, detalhando como se dá o cálculo desta espécie de prescrição.

A seguir, no capítulo sétimo, será analisado o instituto da detração, atentando para especificidades como o cômputo da detração por prisão em processo distinto da condenação e o entendimento jurisprudencial acerca do cômputo da detração pelo tempo de cumprimento de medida cautelar diversa da prisão, dentre outros.

O capítulo oitavo é destinado à progressão de regime abordando seus requisitos e especificidades. O tema da data-base para a concessão da progressão de regime, por ser indissociável da análise deste instituto, sobretudo no que tange ao cálculo da progressão, será analisado no capítulo subsequente.

O décimo capítulo cuidará das especificidades do cumprimento de pena em regime semiaberto, notadamente sobre os institutos da saída temporária, trabalho externo e permissão de saída – este, não exclusivo do regime semiaberto, mas apresentado no capítulo para que se faça a correta distinção em relação ao primeiro.

O capítulo onze abordará o livramento condicional, com suas especificidades: requisitos, hipóteses de suspensão, revogação e como última etapa do cumprimento de pena, seguido da extinção da punibilidade.

O capítulo doze tratará de tema recorrente na fase de cumprimento das penas: a reconversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, na hipótese de cumulação de condenações das duas espécies.

O capítulo treze discorrerá sobre o tema da remição das penas apresentando as hipóteses legalmente previstas e possibilidades não previstas em lei, mas, contempladas na jurisprudência.

O capítulo catorze cuidará do tormentoso tema da disciplina carcerária, com especial ênfase às faltas classificadas como graves.

O capítulo quinze abordará os institutos do indulto e da comutação das penas. Considerando que as condições para o alcance do indulto ou comutação são previstas em Decretos e, portanto, são variáveis a depender da vontade do Presidente da República, serão tratadas questões genéricas sobre os institutos tendo como base o padrão que vem sendo aplicado há algum tempo, trazendo como exemplo a redação de alguns Decretos anteriormente publicados.

O capítulo dezesseis tratará do recurso próprio da fase de execução penal: o agravo em execução.

Por fim, no último capítulo serão apresentadas possibilidades de aplicação dos princípios norteadores da execução penal. A opção de apresentar os princípios no desfecho deste livro se deu porque as aplicações deles estão vinculadas a temas bastante específicos da execução penal, trazidos para debate em cada capítulo da obra. Assim, esperamos que a esta altura o leitor terá melhor compreensão das teses apresentadas de forma condensada neste capítulo.

A obra busca apresentar a legislação aplicada, com referência à prática na execução penal, a abordagem jurisprudencial dos temas e a operacionalização dos institutos com as ferramentas do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), visando auxiliar o atual e futuro profissional do Direito no dia-a-dia da execução penal.

As autoras